

Como dizia agora a pouco, sabemos que o debate é extremamente importante para esclarecer principalmente a opinião pública. O que tenho colocado é que a PEC não cria nenhuma obrigação a ninguém. Se pegarmos a Constituição Federal, em seu Art. 39, o § 4º diz que todo agente político deve receber através do seu subsídio e que no subsídio não pode ser acrescentado nada. Então não pode haver nenhum penduricalho no salário. Mas o § 3º diz que cabe a todo trabalhador brasileiro, inclusive a agentes públicos, o recebimento de direitos da área social, entre eles o 13º salário.

Ora, se começarmos a discutir se vai haver aumento de despesa, quem define isso é a Constituição Federal. E quando queremos explicitar isso na Constituição Estadual é porque no nosso levantamento temos mais de mil prefeituuras que pagam 13º salário aos Srs. Prefeitos enquanto outras não pagam. E como a Constituição é muito clara nesse sentido, nada melhor como uma questão de justiça que possamos explicitar isso também na Constituição Estadual e garantir o pagamento que a Constituição Federal garante. Essa posição precisa ser muito clara e quando o meu colega diz que o prefeito pode exercer sua profissão, eu concordo. Sou médico, fui prefeito e todas as vezes que alguém vai ao meu consultório, não paga consulta. Ontem eu estava aqui e recebi uma ligação de Barretos de uma pessoa que ia ao consultório de um psiquiatra, vereador na cidade, e que queria que eu intercedesse para que ela não pagasse a consulta. Esse é o ônus que nós, homens públicos, pagamos. Esse é o ônus que todos nós carregamos. E, na verdade, estamos atendendo a nossa população. Só que um direito constitucional deve ser respeitado e estamos aqui defendendo em tese aquilo que é um direito garantido pela Constituição Federal.

Quando retorno para a minha cidade, no sábado, atendo no hospital, mas no final do dia não recebo nada. Então temos um ônus da nossa função e não podemos abrir mão do bônus. E foi por uma questão de justiça que nós, com mais 35 parlamentares, apresentamos uma PEC. Portanto, voltaremos à tribuna todas as vezes que forem necessárias para defender de cabeça erguida. Não estamos criando nenhuma vantagem adicional para ninguém, mas apenas garantindo o que está na Constituição e, consequentemente, o direito do cidadão. Prefiro que o prefeito receba adequadamente e não se envolva com qualquer tipo de superfaturamento. Isso, sim, é ilegal, desonesto e tem que ser banido. Estamos simplesmente reproduzindo na Constituição Estadual o que está na Constituição Federal.

O SR. DONISETE BRAGA - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, temos que respeitar a história do meu colega Deputado José Augusto, que foi prefeito do Município de Diadema, conhece a realidade do município, é morador do município e tem uma relação afetiva, carinhosa com o município, e é natural que defenda os interesses da população. E o faz com muita responsabilidade. Quero reconhecer a sua mudança de comportamento com relação a sua primeira intervenção.

Há 15 minutos conversei com o Prefeito Mário Reali, que nesse momento está em Brasília acompanhando os debates que estão sendo realizados pela Secretaria Municipal de Habitação, pelo Secretário Márcio Vale. Falamos a respeito da iniciativa do bolsa aluguel para 332 famílias. Ainda há 12 famílias que estão sendo motivo de discussão. Ele reiterou a este Deputado que no dia 1º de julho serão entregues 225 unidades habitacionais. Inclusive nesse dia o Presidente Lula fará questão de estar presente, porque são 25 milhões de reais de investimentos do PAC no Município de Diadema.

Queremos aqui expressar o nosso sentimento, a nossa tristeza com esse acontecimento, essa tragédia de ontem. Deputado José Augusto, sei que há uma disputa partidária, mas nesse momento tenho certeza de que V. Exa. não está colocando a questão partidária, mas a defesa da população. Quero reiterar a preocupação do Prefeito Mário Reali, da administração do Partido dos Trabalhadores que sabe da angústia das famílias, mas está empenhadíssimo em buscar uma rápida solução. O Prefeito Mário Reali já entrou em contato com o Governo do Estado pedindo ajuda para que possamos rapidamente solucionar esse problema tão grave que aconteceu em Diadema. Mas quero repetir que há toda a preocupação do Governo em rapidamente buscar uma solução e acolher essas 348 famílias da Favela Naval.

Mencionei, na minha primeira intervenção, os investimentos do Governo Federal através do PAC. Diadema receberá do Governo Federal muitos investimentos na questão da urbanização, saneamento, moradia e saúde. Podem ter a certeza de que municípios que passam por um acidente tão grave sem dúvida precisam mais do apoio e solidariedade do que do embate partidário, que muitas vezes não ajuda e atrapalha.

O Deputado José Augusto reconheceu a sua primeira intervenção, fazendo-o de forma muito republicana. Quero aqui, portanto fazer mais uma vez esse reconhecimento.

Esperamos que o Prefeito Mario Reali e a sua equipe possam restabelecer rapidamente a paz na Favela Naval. Queremos que o nosso País e o nosso Estado possam, num espaço muito breve de tempo, dar condição de moradia e de urbanização para os nossos cidadãos, o que, acima de tudo, é dignidade, é reconhecer muitas vezes a fragilidade de pessoas que foram obrigadas a construir os seus barracos, por falta de condições de pagar um aluguel.

Infelizmente esse tipo de acidente acontece, e vitimou as famílias de Diadema. Queremos mais uma vez prestar aqui os nossos sentimentos e reafirmar todo o compromisso da administração do Prefeito Mario Reali. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AUGUSTO - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PTB - Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje. Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e dois minutos.

20 DE MAIO DE 201064ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: JOSÉ BITTENCOURT
Secretário: MAURO BRAGATO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
001 - JOSÉ BITTENCOURT
Assume a Presidência e abre a sessão.
002 - MAURO BRAGATO
Requer o levantamento da sessão, com a anuência das lideranças.
003 – Presidente JOSÉ BITTENCOURT

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 24/05, à hora regimental, sem ordem do dia. Lembra-os da realização de sessão solene, dia 24/05, às 10 horas, para comemorar os “69 anos da Igreja Assembleia de Deus de São José dos Campos”. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. José Bitten-court.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ BITTENCOURT - PDT - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIII Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Mauro Bragato para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - MAURO BRAGATO - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOSÉ BITTENCOURT - PDT - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os da Sessão Solene a realizar-se na segunda-feira, às 10 horas, com a finalidade de comemorar os 69 anos da Igreja Assembleia de Deus de São José dos Campos, solicitada pelo nobre Deputado João Barbosa.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 44 minutos.

Atos Administrativos

DECISÕES DA MESA

DE 05/05/2010

Processo RGE nº 6167/2007

Interessada: ADMINISTRAÇÃO

Assunto: Contrato Administrativo – CENTRO DE INTE- GRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE - Prestação de serviços especializados para administração do programa de estágio da ALESP para até 227 estagiários – Aumento de tarifas públicas relativas a passagens de ônibus municipais – Modificação de Ato de Mesa que trata do tema – Aditamento contratual para fins de readequação da cláusula financeira do ajuste em função do reajuste concedido dos respectivos valores da bolsa-auxílio e do auxílio-deslocamento dos estagiários. Retificação parcial da Decisão de Mesa nº 845/2010.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, considerando os elementos de instrução constantes do Processo RGE nº 6167/2007, notadamente à vista das manifestações do Departamento de Finanças, de fls. 331 e 352, atestando a existência de recursos orçamentários suficientes para a realização das despesas pretendidas, as quais são compatíveis com o Plano Plurianual – PPA 2008/2011 – Lei nº 13.123/2008 (Programa 150 – Processo Legislativo) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2010 – Lei nº 13.578/2009, bem assim o atendimento das exigências da Lei Complementar federal nº 101/2000, em especial no que se refere ao disposto em seu art. 16, inciso II, que ora ratifica, DECIDE RETIFICAR PARCIALMENTE o teor da Decisão de Mesa nº 845/2010, proferida aos 04 de maio de 2010 (fls. 386/387), relativamente ao seu item III, o qual passa a ter a seguinte redação:

.....
“III – **AUTORIZAR** a realização das despesas de que trata o item I, no valor total de até R\$ 402.156,96 (quatrocentos e dois mil, cento e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos), nos termos das informações de fls. 331 e 352, reservas financeiras de fls. 327 e 350 e dos cálculos contábeis de fls. 328/329 e 347/348, efetivados pelo Departamento de Finanças; e”

(Decisão nº 853/2010);

DE 13/05/2010

Processo RG nº 07565/75

Interessada: Administração

Assunto: Designação de novos membros para compor a Comissão Permanente de Licitação

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, considerando o término do mandato dos atuais membros da Comissão Permanente de Licitação designados por força da Decisão nº 2098/2009 da E. Mesa (fls. 394/396), ante a manifestação do Senhor Secretário Geral de Administração (fl. 399) e considerando o disposto no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como o disposto no “caput” do artigo 50 do Ato nº 1/97, da Mesa, com a nova redação dada pelo Ato nº 11/99, da Mesa, DECIDE:

I – **DESIGNAR** os servidores abaixo-relacionados para constituir a nova Comissão Permanente de Licitação, prevista no “caput” do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações posteriores, pelo prazo de 1(um) ano, a partir de 27 de abril de 2010 a 26 de abril de 2011, na seguinte conformidade:

a) MEMBROS EFETIVOS:

- CELSO DE MOURA LEITE RIBEIRO, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.559.798-0, matrícula nº 13.701, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Técnico, na qualidade de Presidente do referido órgão colegiado;

- FERNANDO MARQUES REBELO, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.650.015-X, matrícula nº 15.418, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Técnico, na qualidade de Vice-Presidente;

- TATIANA MARIA OMETTO CASALE, portadora da Cédula de Identidade RG nº 18.784.341-7, matrícula nº 13.131, ocupante, em caráter efetivo do cargo de Procurador da Assembleia Legislativa, na qualidade de membro:

- MARIA EMÍLIA SALA ANTUNES, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.945.319, matrícula nº 19.871, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Técnico, na qualidade de membro;

- MARIA LUIZA PAIXÃO PARANHOS, portadora da Cédula de Identidade RG nº 19.128.514-6, matrícula nº 13.628, ocupante, em caráter efetivo, do cargo de Agente Técnico Legislati-vo, na qualidade de membro.

b) MEMBROS SUPLENTEs:

- THAIS DE FARIA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.893.889-X, matrícula nº 20.136, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Técnico;

- RICARDO LUIS SILVA REIS LOBO, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.130.654-7, matrícula nº 16.409, ocupante, em comissão, do cargo de Assistente Legislativo;

- MARIA ESTHER MIWA NEVES, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.830.148-X, matrícula nº 20.054, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Técnico de Gabinete;

- ELIANA MARIA MARCONDES CORREA, portadora da Cédula de Identidade RG nº 5.979.115-9, matrícula nº 8.795, ocupante, em comissão, do cargo de Assessor Técnico de Plane-jamento e Organização.

II – **DESIGNAR**, para o mesmo período de atuação da Comissão ora constituída, os servidores abaixo-relacionados para exercerem a função de Secretários:

SECRETÁRIO EFETIVO: MARIA LUIZA PAIXÃO PARANHOS

SECRETÁRIO SUPLENTE: RICARDO LUIS SILVA REIS LOBO

III – **DETERMINAR** que os membros efetivos do referido órgão colegiado, assim como o secretário, exercerão suas funções sem prejuízo daquelas próprias dos cargos de que são titulares.

§ 1º - Na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, responderá pela Presidência o membro com mais tempo de exercício em cargo do QSAL.

§ 2º - Na hipótese de ser constatada falta do membro efetivo ao trabalho, ou nos seus impedimentos e afastamentos temporários previstos em lei, tais como férias, licença-prêmio, licença para tratamento de saúde etc., o membro suplente será convocado e, no caso de vir a ocorrer o desligamento definitivo do membro efetivo, o servidor designado para substituí-lo completará apenas o período restante do seu mandato ou poderá haver a indicação ou a designação do novo membro, pelo perí-o restante do mandato.

IV – **DECLARAR** que fica mantida a atribuição de gratifica-ção de representante aos servidores abrangidos pela presente Decisão.

V – **CONVALIDAR** os atos praticados pela Comissão consti-tuída pela Decisão nº 2098/2009, no período de 27/04/2010 até a presente data.

(Decisão nº 895/2010);

DE 20/05/2010

MEMO DECOM s/nº , de 17.05.10

Interessado: DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

Assunto: Autorização de despesas de viagem de servidor a Brasília – DF.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e examinando a matéria trata-da no presente expediente, com fundamento no artigo 68 da Lei nº 10.261/68, DECIDE AUTORIZAR o Sr. Diretor do Departamento de Comunicação, ANTONIO RUDNEI DENARDI, matrícula 16.634, a empreender viagem a Brasília – DF, no dia 21 de maio do corrente ano, a fim de participar de reunião com a Diretoria da TV Câmara Federal para tratar de assuntos relacionados à implantação da Rede Legislativa no Estado de São Paulo.

Fica AUTORIZADA, ainda, a realização da despesa, nos termos da instrução do Serviço Técnico de Contabilidade às fls. 02, para custear os gastos com transportes aéreo e terrestre e alimentação, devendo-se proceder, oportunamente, à devida prestação de contas.

(Decisão nº 956-A/2010);

DE 28/05/2010

EXONERANDO, a pedido, nos termos da 1ª parte do item 1 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, ROBERTO RIBEIRO JUNIOR, RG nº 18912002, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Assessor Especial Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimentos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96, a partir de 24/05/2010.

(Decisão nº 986/2010);

EXONERANDO, nos termos da 1ª parte do item 2 do parágrafo 1º do artigo 58 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

JOSE AUGUSTO DE JESUS, RG nº 34779895-0, do cargo que vem exercendo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimen-tos - de que trata o artigo 68 da Resolução 776/96.

(Decisão nº 987/2010);

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE APOSENTAR, nos termos do artigo 3o da Emenda Constitucional nº 47/05, o senhor LAURO OSSAMI KONO, R.G. n.º 5.299.476, Matrícula n.º 1984, Agente Técnico Legislativo, efetivo do SQC -II do quadro desta Secretaria, visto contar com 38 (trinta e oito) anos, 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de serviço público, como consta do Título de Liquidação de Tempo de Serviço nº 30, expedido por esta Secretaria em 18 de maio de 2010, ficando-lhe assegura-dos os proventos mensais correspondentes a:

1) Nível VII, Grau E, da Escala de Classes e Vencimento, anexo VIII, a que se refere o artigo 68 da Resolução 776/96;
2) Gratificação Incorporada aos seus proventos nos termos do artigo 1o da Lei Complementar 813/96;
3) Vantagem pessoal incorporada aos seus proventos, nos termos do artigo 133 da Constituição Estadual, regulamentada pelo Ato nº 13/93, da Mesa, relativo a 03/10 (três décimos) da diferença entre o seu cargo efetivo e o de Assessor Técnico de Gabinete; 01/10 (um décimo) da diferença entre o seu cargo efetivo e o de Assistente Técnico Parlamentar; 02/10 (dois décimos) da diferença entre o seu cargo efetivo e o de Assessor Chefe de Gabinete de Liderança;
4) Gratificação Legislativa, instituída pela Lei 8238/93;
5) Vantagem Pessoal incorporada aos seus vencimentos, nos termos do artigo 8o das Disposições Transitórias da Reso-lução n.º 776/96;
6) Adicional por Tempo de Serviço, incidente sobre os itens 1, 2, 3, 4 e 5;

7) Sexta parte incidente sobre os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6;
Aplicando o artigo nº 115, XII, da Constituição do Estado de São Paulo, no que se refere ao Teto Máximo Constitucional.

(Decisão nº 988/2010);

NOMEANDO, nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei Complementar n.º 180, de 12 de maio de 1978:

SIMONE LOPES MARQUES, RG nº 24313232-3, para exer-cer, em comissão, o cargo de Auxiliar Parlamentar, do SQC-I do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa (QSAL), com vencimento fixado no Anexo IX - Escala de Classes e Vencimen-to - de que trata o artigo 68 da Resolução nº 776/96, em vaga decorrente da exoneração de JOSE AUGUSTO DE JESUS.

(Decisão nº 989/2010);

PROTOCOLADO Nº 2732/2010

Interessado: ANTONIO RUDNEI DENARDI

Assunto: Requer autorização para seu afastamento com a finalidade de empreender viagem ao município de Belo Horizonte-MG, no período de 26 a 28 de maio de 2010, para participar da XVI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições e examinando a matéria tratada no presente expediente, DECIDE AUTORIZAR, o afastamento do servidor ANTONIO RUDNEI DENARDI, matrícula 16.634, com a finalidade de empreender viagem ao município de Belo Horizonte-MG, no período de 26 a 28 de maio de 2010, para participar do XVI Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Fica AUTORIZADA, ainda, a realização da despesa nos termos da instrução do Serviço Técnico de Contabilidades às fls. 03, cujo montante deverá ser entregue ao servidor para custeio, passagem aérea, hospedagem, transporte e alimentação, em adiantamento, ficando este obrigado a prestar contas das despesas efetuadas e devolver eventual saldo remanescente, quando de seu retorno à ALESP.

(Decisão nº 990/2010);

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, DECIDE, decorrido o prazo legal, e, à vista de tudo quanto consta no Processo RG.nº6289/2007, que trata da realização de Concurso Público para provimento de cargos vagos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa, HOMOLOGAR o resultado final do Concurso Público referente ao Edital n.º.23/2010, nos termos da publicação veiculada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, edição de 28/05/2010, para as seguintes classes: Agente Legis-lativo de Serviços Técnicos e Administrativos, Agente Técnico Legislativo e Agente Técnico Legislativo Especializado.

(Decisão nº 991/2010);

DESPACHOS DA SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

DE 28/05/2010

CESSANDO a gratificação de representação atribuída aos servidores abaixo relacionados, na seguinte conformidade:

Nome: SEBASTIÃO BENEDITO DE LIMA
RG: 15125729 Matrícula: 20476
Gratificação: Assessor Especial Parlamentar
Cessada a partir de: posse no novo cargo
RG: 23540961-3 Matrícula: 16679
Nome: TATYANA SIMÕES ZACHARIAS
Gratificação: 254,55% de 170%
Cessada a partir de: 18.06.2010
Nome: VALDEREZ BADDINI PINHATA
RG: 7805292 Matrícula: 6555
Gratificação: Assessor Chefe de Gabinete de Lide-rança
Cessada a partir de: 31.05.2010

ATRIBUINDO, a partir do exercício, gratificação de repre-sentação ao servidor abaixo relacionado, na seguinte confor-midade:

Nome: AMELIA SILVA RODHENAS DE SIQUEIRA CAMPOS
RG: 9906335-9
Gratificação: Assessor Chefe de Gabinete de Liderança

ATRIBUINDO, gratificação de representação ao servidor abaixo relacionado, na seguinte conformidade:

Nome: VALMIR PEREIRA OZORIO
RG: 23622836-5
Gratificação: Auxiliar Militar I
A partir de: 24.04.2010

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista as informações prestadas pelo Serviço de Cadastro e Controle Funcional e pelo Serviço de Folha de Pagamento, DEFERE o pagamento, a título de indenização, do valor correspondente a 30 (trinta) dias de licença-prêmio aos servidores abaixo qualificados, requeridos nos termos da Resolução 859/2008, sendo que os créditos deverão ser efetivados, até o 10º (décimo) dia útil do mês de seus aniversários (06/2010):

- Proc. RG. nº 1445/87, int: ELSIE MARIA ARRUDA PENTEA-DO DE CARVALHO, Mat. 3745 ;

- Proc. RG. nº 847/94, int: ROBERTO CARLOS GIMENEZ NAVARRO, Matrícula 8243 ;

- Processo RG. nº 4458/93, int: SIDNEY GONÇALVES IZZO , Matrícula 6138 ;

- Processo RG. nº 10604/94, int: AIRTON PASCHOA, Matrí-cula 4999 ;

- Processo RG. nº 4701/97, int: ALEXANDRE PINHEIRO SIMÕES, Matrícula 8660 ;

- Processo RG. nº 6326/95, int: VALTER KISUKURI, Matrícula 8157 ;

- Processo RG. nº 1572/93, int: LUCI GLORIA RIBEIRO MAR-TINS, Matrícula 6160 ;

- Processo RG. nº 1586/93, int: ELIZABETH SUGAMORI, Matrícula 6254 ;

- Processo RG. nº 4048/93, int: JOSÉ LUIZ DE OLIVEIRA, Matrícula 6652 ;

- Processo RG. nº 4370/93, int: LUCIA HELENA PESSE NAN-NINI, Matrícula 4594 ;

- Processo RG. nº 7393/08, int: DEODATO RODRIGUES DE SOUZA, Matrícula 17383 ;

- Proc. RG. nº 6523/06, int: PAULA CRISTINA DE ALMEIDA PINTO SANTOS , Matrícula15428 ;

- Processo RG. nº 1461/08, int: WAGNER THEODORO PINHEIRO, Matrícula 16386 ;

- Processo RG. nº 5714/05, int: ANA MARIA FERREIRA DA SILVA, Matrícula 6702;

- Processo RG. nº 5914/98, int: RENÉ LUIZ MODA, Matrícula 13136;

- Processo RG. nº 3078/02, int: EDSON OADEU ZACHARIAS, Matrícula 12509 ;

- Proc. RG. nº 1298/10, int: EUGENIA NETTO DE ANDRADE E SILVA SAHD, Mat. 16353 ;

- Processo RG. nº 7410/08, int: EMILIA PEREIRA AMARAL, Matrícula 16330 ;

- Processo RG. nº 7444/08, int: LUIS SHOITI YVATA, Matrí-cula 16365 ;

- Processo RG. nº 1324/10, int: PAULO FRANCISCO DOS SANTOS , Matrícula 18096 ;

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista as informações prestadas pelo Serviço de Cadastro e Controle Funcional e pelo Serviço de Folha de Pagamento, DEFERE o pagamento, a título de indenização, do valor correspondente a 15 (quinze) dias de licença-prêmio ao servidor ELIAS DA SILVA SALES, Matrícula 11509, requeridos nos termos da Resolução 859/2008, sendo que os créditos deverão ser efetivados, até o 10º (décimo) dia útil do mês de seu aniversário (06/2010).

PROTOCOLADO Nº 1871/07

Interessada: PAULA GINDRI BAES

Assunto: Retificação da concessão de licença sem venci-mentos nos termos do artigo 202 da Lei nº 10.261/68.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEM-BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, à vista de tudo quanto consta do presente protoco-lado, em especial da informação do Serviço de Registro Funcio-nal constante de fls. 05 e visando a regularização da freqüência da servidora PAULA GINDRI BAES, RG. nº 182.386/MS, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo de Serviços Operacionais, em caráter efetivo, DECIDE RETIFICAR o despacho desta Secretaria, de 04, publicado em 10 de abril de 2007, a fim de constar que a autorização de seu afastamento por 02 (dois) anos, sem vencimentos, nos termos do artigo 202 da Lei nº 10.261/68, foi concedido a partir de 30 de julho de 2007.

PROTOCOLADO Nº 2760/10

Interessados: ELCIO AVELINO ARAUJO e FLORA CESAR GUABIRABA

Assunto: Prestação de contas das despesas efetuadas em viagem a Brasília – DF nos dias 05 e 06 de maio de 2010, con-forme autorização da Mesa, Decisão n.º 830/10.

O SECRETÁRIO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSEM-BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições, e examinando o conteúdo do presente expedien-te, em especial as informações de fls. 27 do